

**AUTOR****Sávio Machado Cavalcante** 
✉ saviomc@unicamp.br

Doutor em Sociologia (IFCH/Unicamp). Professor do Departamento de Sociologia, pesquisador do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX) e do Centro de Sociologia Contemporânea (CSC), todos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas

COMO CITARCAVALCANTE, Sávio Machado. 2021. A condução neofascista da pandemia de Covid-19 no Brasil: da purificação da vida à normalização da morte. *Calidoscópico*, São Leopoldo, 19(1): 4-17. DOI: 10.4013/cld.2021.191.01**FLUXO DA SUBMISSÃO**Submissão: 20/01/2021
Aprovação: 10/03/2021**DISTRIBUÍDO SOB**

A condução neofascista da pandemia de Covid-19 no Brasil: da purificação da vida à normalização da morte

The neofascist management of Covid-19 pandemic in Brazil: from the purification of life to the normalization of death

RESUMO / ABSTRACT

O objetivo deste artigo é sustentar o argumento de que a força do negacionismo científico e a normalização da morte na condução da pandemia da Covid-19 no Brasil foram possíveis na medida em que, nos últimos anos, foi atribuído ao presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, por interesses e agentes sociais diversos, o papel de liderança e autoridade responsável pela purificação da política, da economia e da nação. É por conseguir se firmar nesse polo da purificação e de restabelecimento de um regime de verdade supostamente perdido que sua estratégia de “fazer viver e deixar morrer” encontrou apoio ativo ou passivo em parte expressiva da sociedade

This article aims to develop the argument that the strength of scientific denialism (*negationism*) and the normalization of death in the conduct of the Covid-19 pandemic in Brazil were possible in recent years insofar as it has been attributed to the president of Brazil, Jair Bolsonaro, by diverse social interests and agents, the role of leadership and authority responsible for the purification of politics, the economy and the nation. His strategy of “to make live and to let die” found active or passive support in a significant part of Brazilian society because Bolsonaro is able to establish himself in this pole of purification and restoration of a supposedly lost-regime of truth. The

brasileira. A pesquisa abarca produções textuais diversas e pronunciamentos oficiais e informais dos agentes sociais em questão. Para analisá-los, foram mobilizadas teorias sociais, especialmente da sociologia, no intuito de identificar os agentes, as ideologias e os registros discursivos que produzem significados sobre a vida e a morte. Como resultado, é possível afirmar que o objetivo do governo de fazer o vírus circular, traçado como meta implícita e explícita desde o início da pandemia, exigiu uma normalização de mortes evitáveis que apenas a linguagem neofascista, capaz de produzir um sentido alternativo de vida mais autêntica e pura, pôde lograr até aqui.

research encompasses diverse textual productions and official and informal statements by the social agents in question. To analyze them, social theories, especially in sociology, were used in order to identify the agents, ideologies and discursive that produce meanings about life and death. As a result, it is possible to affirm that the government’s objective of making the virus circulate, outlined as an implicit and explicit goal since the beginning of the pandemic, demanded a normalization of preventable deaths, which only the neo-fascist language, which is capable of producing an alternative meaning of life more authentic and purer, it has been able to achieve so far.

Palavras-chave:
Neofascismo;
Covid-19; Governo
Bolsonaro**Keywords:**
Neo-fascism;
Covid-19; Bolsonaro
administration

1. Introdução

No dia 24 de março de 2020, quase um mês depois do primeiro caso de Covid-19 no país e com as primeiras 25 mortes já identificadas, o presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, realizou um pronunciamento nacional^[1] em rádio e televisão que chocou parte da opinião pública impactada com as imagens da morte em grande escala nos países em que o vírus já havia amplamente circulado, principalmente na Itália. Valendo-se de uma retórica de líder militar, o presidente comparou a doença a uma “gripezinha ou um resfriadinho”, que “brevemente passará”, e diagnosticou uma patologia alternativa: a crise econômica e o caos social que seriam causados pelo “pânico e histeria”, especialmente da oposição e de meios de comunicação que não teriam como fundamento “o equilíbrio e a verdade”.

A despeito de recuos táticos e ajustes contextuais, essa estratégia negacionista se mantém, no início de 2021, em dimensões essenciais da ação do governo na condução da pandemia: em relação à gravidade da doença, às medidas de isolamento e contenção da transmissão, aos tratamentos possíveis e às vacinas. Se negar parte da realidade era a estratégia, o objetivo tinha uma racionalidade: no mínimo não dificultar e, no máximo, acelerar a circulação do vírus entre as pessoas. Esse propósito foi perseguido de maneira sistemática e deliberada, o que se identifica de modo objetivo por meio de disposições legais editadas pelo governo federal^[2], por pronunciamentos oficiais e falas públicas informais do presidente e pelo material disseminado pelo sistema de agitação e propaganda bolsonarista, que já operava nos últimos anos no país com capilaridade e alcance significativos.

Passado um ano do primeiro caso registrado no Brasil, o objetivo tem sido atingido: o país apresenta oficialmente 10,4 milhões de infectados, 250 mil mortes (desde setembro de 2020, a Covid-19 é a maior causa de mortes no país) e perspectivas, até o momento, pessimistas de contenção efetiva da doença no curto prazo por um programa nacional de vacinação^[3]. O Brasil possui menos de 3% da população mundial, mas representa 10% de todas as mortes por Covid-19 no mundo.

A estratégia foi exitosa não apenas por cumprir o objetivo de fazer o vírus circular, mas porque o resultado foi atingido sem que o governo perdesse, até o momento, base social de

apoio. Até o começo de 2021, Bolsonaro manteve, a despeito das oscilações, um patamar relativamente seguro de apoio a seu mandato. A soma de avaliações ótimo/bom a seu governo nunca foi menor do que um terço da população. Se somadas à avaliação “regular”, o bloco nunca foi menor do que 40%^[4]. Na classe média – formada essencialmente por autônomos e assalariados com formação acadêmica superior e que integram a maioria dos estratos de renda acima de 5 salários mínimos; portanto, em posições que exigem credenciais de saber técnico-científico e, por isso, com repercussão social maior nesses temas – as avaliações ótimo/bom mantiveram, pelo menos, um terço de indicações^[5].

O que explica, então, a força da estratégia – que alia o negacionismo com o objetivo de fazer o vírus circular – e a relativa estabilidade da aprovação presidencial por uma base social que parece infensa à tragédia humana potencializada pelo governo? Por que o choque do discurso de Bolsonaro com a realidade efetiva da doença não foi suficiente para um questionamento mais amplo e ativo? Enfim, como se normalizaram a linguagem e o discurso bolsonaristas e, junto com eles, a quantidade expressiva de ações que levaram ao número elevado de mortes em tão pouco tempo?

Respostas comuns a essas perguntas tendem a associar diretamente, sem muitas mediações, o negacionismo à prevalência da ignorância, do obscurantismo ou de eventuais patologias psíquicas do presidente e de seus apoiadores mais aguerridos. Ainda que esses aspectos possam estar presentes^[6], eles são insuficientes para explicar a racionalidade, a força política e o enraizamento social dos discursos e práticas do governo. Ignora-se, assim, que o negacionismo é produzido em paralelo à afirmação de um regime de verdade e de um tipo de vida que são declarados como mais autênticos e que não são estranhos à estrutura social que formou a sociedade brasileira.

Esse movimento não é exclusivo do Brasil. Sua origem reside em circuitos transnacionais que alimentam lideranças, grupos ou movimentos de extrema-direita ou abertamente fascistas em outras partes mundo. O objetivo é o de organizar o ressentimento social difuso, provocado por mudanças estruturais do capitalismo contemporâneo neoliberal, no sentido de restauração (real ou imaginária) de projetos de nação em que o progresso e a grandeza só podem existir se preservada a unidade e a pureza do corpo social (em contraposição à diversidade étnico-racial, religiosa ou cultural)^[7].

[1] Íntegra no Anexo 1.

[2] Análise completa das normas e dispositivos editadas pelo governo em Direitos na Pandemia (2021).

[3] Números do Ministério da Saúde até a última semana de fevereiro de 2020. Ver atualização em: https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. A ausência de testagem em maior escala faz com que o grau de subnotificação dos casos seja alta. Uma estimativa mínima baseada em inquéritos sorológicos municipais é de que os contágios reais sejam de duas a três vezes o número identificado.

[4] Esses dados, embora com algumas diferenças, são atestados pelas pesquisas de opinião como Datafolha e XP/IPESPE. Embora a junção de ótimo/bom e regular não possa indicar exatamente o tipo de apoio ou aprovação, forma-se um bloco suficiente, mesmo no contexto da pandemia, para não avaliar negativamente o governo, o que inviabiliza, por exemplo, maioria mais ampla a favor do impeachment por algum dos vários crimes de responsabilidade já cometidos em dois anos de governo.

[5] Segundo o instituto Datafolha, a avaliação ótimo/bom dada ao governo federal em relação à condução da pandemia vindo de pessoas com ensino superior foi de 28% (abril/20) e 29% (dezembro/20). Em entrevistados de famílias com renda entre 5 a 10 salários mínimos, os números foram, respectivamente, de 35 e 36% nesse período. No estrato com renda familiar acima de 10 salários mínimos, 32% e 35%.

[6] Sobre a mentira factual como dimensão comum das estratégias fascistas, ver Finchelstein (2020).

[7] No interior da problemática teórica liberal, é comum que as lideranças desses grupos sejam chamadas de “populistas de direita”. Embora não tenha como desenvolver a questão aqui, considero o conceito equivocadamente por, principalmente, levar a uma não responsabilização das consequências das políticas neoliberais, que criam as condições objetivas para ascensão de movimentos reacionários. Dito de outro modo, o “outro” não populista é justamente a racionalidade neoliberal que produz as crises e o esgarçamento do tecido social.

No país, esta foi uma força atuante (ainda que não exclusiva) em momentos anteriores à pandemia, como no golpe contra o mandato de Dilma Rousseff em 2016 e, mais diretamente, na própria eleição de Bolsonaro em 2018. Importa ressaltar, portanto, que um movimento de massa reacionário já estava formado no país e foi importante para que, até aqui, a estratégia oficial de governo lograsse êxito.

O argumento principal deste artigo é de que a força do negacionismo científico e a normalização de mortes evitáveis foram possíveis na medida em que, antes do início da pandemia, foi atribuído a Bolsonaro, por interesses e agentes sociais diversos, o papel de liderança e autoridade responsável pela *purificação* da política, da economia e da nação. É por conseguir se firmar nesse polo da purificação e de restabelecimento de um regime de verdade supostamente perdido que sua estratégia de “fazer viver e deixar morrer”^[8] encontrou apoio ativo ou passivo em parte ainda expressiva da sociedade brasileira. A normalização de mortes evitáveis foi, assim, significada por uma linguagem que enunciava uma vida mais autêntica e pura.

Por normalização da morte, compreendo, portanto, a força de ideologias e práticas discursivas que, embora não operassem no registro da linguagem neofascista, tornaram socialmente aceitáveis, como se fatalidade fosse, milhares de mortes evitáveis em tão pouco tempo no país^[9].

Embora não seja possível entrar detalhadamente na discussão teórica sobre o conceito de fascismo, considero suficiente indicar, para os propósitos deste artigo, que não o utilizo como denúncia contextual de uma radicalização da direita, mas como conceito que permite captar o que aparece como diferença específica em relação a outras ideologias e movimentos políticos liberais e conservadores. Parto do trabalho de Boito Jr. (2020) que sustenta, por meio da tradição marxista, uma definição mínima de fascismo como um movimento reacionário de massa, cuja base social de origem e onde encontra laços mais orgânicos está nas camadas médias da sociedade capitalista (pequenos proprietários e classe média assalariada) – o que não significa que não tenha condições, com o tempo e se conseguir êxito econômico, de ganhar corpo e também ser apoiada por trabalhadores em geral.

A ideologia fascista produzida para e por esse movimento se manifesta pela politização reacionária de demandas por reconhecimento e redistribuição, por ataques à forma liberal de democracia representativa, por apelos de militarização da política, da sociedade (milícias) e pela tentativa de criminalização – no limite, de eliminação física – da oposição,

a qual seria, em última instância, causadora da *impureza* da nação e fonte da perda da verdade autêntica.

O prefixo “neo” acrescentado ao conceito expressa as diferenças da realização da ideologia fascista em sociedades contemporâneas, distintas de seu contexto original, mas que não anulam a dimensão social recorrente do movimento. Destaco dois aspectos que se articulam, ainda a partir de Boito Jr. (2020): diferentemente do fascismo original, que enfrentava um movimento socialista e comunista socialmente enraizado e poderoso, o neofascismo se depara com uma oposição de esquerda relativamente débil em termos de organização popular e ataca governos que propunham reformas, e não transformações estruturais, ao modelo neoliberal hegemônico. Em segundo lugar, embora a ideologia neofascista tenha repercussão nas forças repressivas do Estado (parte do Exército e polícias), sua organização mais sistemática e coordenada se efetiva, sobretudo, por redes sociais, e não por um partido fascista.

À luz dessas considerações, irei priorizar a dimensão processual do fenômeno, o que significa focalizar as ideologias não necessariamente fascistas, mas que pavimentam camadas importantes para a sua origem e posterior fortalecimento. Como observa Della Torre (2020, p. 105) a partir dos trabalhos de Adorno sobre a personalidade autoritária, o fascismo não se reduz a indivíduos fascistas: “a diferença entre a ideologia fascista, de conteúdo declarado, de um lado, e as disposições antidemocráticas, de outro, é que este último comportamento normalmente [vem] acompanhado de uma defesa superficial da democracia, da igualdade etc.”

Em suma, essa discussão teórico-conceitual – com evidentes repercussões políticas – ganha consistência sociológica se o fenômeno é compreendido a partir de formas de subjetivação e processos sociais que podem ser confiscados pela retórica e pela linguagem fascistas, cujas marcas e efeitos revelam-se em diferentes camadas dos comportamentos individuais e da sociedade como um todo. Isto posto, torna-se possível (e necessário) não apenas identificar os elementos tipicamente autoritários, mas os agentes sociais que, sem adesão explícita, normalizam tanto a linguagem fascista quanto métodos de exceção no interior de regimes democrático-liberais^[10].

Importante destacar, por fim, que o foco da análise está mais na dimensão sociopolítica da linguagem fascista. Nesta dimensão, algumas características, parte delas apresentadas por Eco (2018), podem ser mobilizadas: a liturgia militar, uma “confusão estruturada” do discurso, a disposição anti-intelectualista e irracionalista que aparecem pela retórica agressiva

[8] Referência à expressão que Foucault (1999) utilizou para compreender a biopolítica do Estado moderno.

[9] Os enunciados exigidos por essa decisão política aparecerem de modo frequente na fala do presidente: “todos vão pegar a doença uma hora”, “todos morrem algum dia”, “eu fiquei responsável por cuidar da economia”.

[10] Parece ser, em última instância, a existência dessa gradação dos comportamentos sociais e mesmo das ideologias, sem uma linha demarcatória definitiva, que faz alguns analistas recusarem o conceito de fascismo para nomear políticos e movimentos de extrema-direita contemporâneos. Para Emilio Gentili (Piovezani e Gentile, 2020), por exemplo, fascismo apenas pode compreender um movimento de massa organizado militarmente, que derruba um regime democrático para construir um Estado totalitário de partido único, o qual se lança a investidas militares imperiais motivado por um ideal racial. Para o historiador, a extrema-direita contemporânea, ao prescindir de um partido militarizado e da guerra, busca uma hegemonia por meio da economia e pode se limitar ao terreno da democracia, transformando-a internamente em uma forma de repressão (com características racistas e xenóforas) com consentimento popular. Porém, como lembra Boito Jr. (2020), mesmo o fascismo original italiano não tinha, de início, um projeto claro de ditadura fascista. Como observou Togliatti (apud Boito Jr., 2020), “o fascismo não nasceu totalitário, ele se tornou totalitário”.

de um vocabulário limitado, o desprezo pelos “fracos” e medo da diferença que se expressam por insultos, ofensas ou formas jocosas de desqualificação moral de sujeitos e grupos sociais, e a construção mítica da figura do herói como apelo ao sentimento de frustração social.

A seguir, identifique e analise agentes, interesses, contextos e características essenciais das exigências de purificação da política, da economia e da nação para, depois, voltar ao pronunciamento de 24 de março de 2020 e nele identificar a estrutura da linguagem neofascista que organizou o sentido da condução da pandemia pelo governo Bolsonaro^[11].

2. Purificar a política: o lavajatismo

Para compreender como a normalização da morte na condução da pandemia se tornou possível no país, é preciso retroceder, com o cuidado de se evitar qualquer dispositivo teleológico, aos processos históricos recentes. Em 2013, embora iniciados por demandas progressistas e com base popular, protestos de rua em junho e julho daquele ano acabaram confiscados por um segmento mais homogêneo de classe média e uma pauta moralista de *purificação da política* por meio do combate à corrupção. Uma consequência importante foi o fortalecimento de um sentimento patriótico que logrou construir uma imagem de nação indivisível, em defesa da qual apenas um partido seria permitido: “o partido do Brasil” (Cavalcante e Arias, 2019; Cavalcante, 2020).

Do movimento de massa reacionário emergente, após depuração, o bolsonarismo se forma de maneira mais organizada nas campanhas em favor da deposição de Dilma Rousseff em 2015 (Boito Jr., 2020). Àquela altura, o sentimento de purificação da política pôde ser encarnado em um corpo institucional, braço do próprio Estado: a força-tarefa do Ministério Público intitulada *Operação Lava Jato*^[12]. Em outros artigos, procurei desenvolver como e por que a classe média se transforma na principal base social do projeto lavajatista (Cavalcante, 2018 e 2020). De novo, um apoio que pode se generalizar a outras classes^[13], mas que não retira o papel decisivo da classe média em organizar seu sentido. Indico aqui apenas o argumento central desenvolvido nesses textos: a determinação principal está no apego estrutural da classe média à ideologia meritocrática, que a coage a recusar qualquer movimento que pareça contornar as “regras do jogo” da competição “justa” entre indivíduos. Como a reprodução social da classe média se efetiva essencialmente por meio do aparelho escolar, que transmuta as vantagens herdadas e incorporadas no *habitus*

de classe em desempenho individual (Bourdieu e Passeron, 1975), a defesa da meritocracia é, ao mesmo tempo, a defesa da legitimidade da renda e das posições superiores ocupadas pela classe média na divisão do trabalho.

Afora as pretensões messiânicas e arrivistas de alguns de seus protagonistas e de interesses externos nas consequências de suas ações em termos do mercado nacional e internacional, a Lava Jato encontrou uma base social orgânica de apoio na classe média ao representar uma ideologia meritocrática radical, então ampliada para fazer a política cumprir a utopia liberal de mercado, isto é, constituir uma relação puramente técnica e impessoal entre Estado e mercado, no sentido de premiar apenas empresas eficientes, que são aquelas que supostamente não precisariam se valer de relações com o Estado^[14]. Para lograr os objetivos desta operação, estava no cálculo de seus agentes não apenas punir corruptos e corruptores se valendo de métodos de exceção pouco afeito às garantias constitucionais de defesa, mas também admitir a destruição de parte importante da setor produtivo nacional para criar uma nova economia: *purificar a política era a forma de purificar a economia*^[15].

O sucesso da operação em dar um verniz racional-legal a métodos de exceção do Judiciário foi tão grande que mesmo as ilegalidades cometidas para influir na disputa eleitoral de 2018, a seletividade dos alvos e o posterior vazamento das conversas entre procuradores e o juiz Sergio Moro, enfim, nada se mostrou suficiente para arranhar a legitimidade da operação. Papel ideológico ainda mais potencializado quando Moro abandona seu posto de juiz e se torna Ministro da Justiça de Bolsonaro. Ao assumir um lado na disputa política, Moro não apenas contribuiu para blindar o novo governo de denúncias sobre corrupção, ao lhe transferir um lastro moral que detinha na classe média, como normalizou as propostas de mudança da legislação em torno do dispositivo de excludente de ilicitude para forças policiais, isto é, dar proteção legal a uma prática (em muitos territórios, já frequente) de licença para matar.

Em suma, Sergio Moro sintetiza de maneira acabada o processo que procuro aqui descrever: o ex-juiz e ex-ministro, agora advogado de escritório que presta consultoria a empresas relacionadas aos casos que julgou, pavimentou o caminho do sucesso eleitoral e depois integrou o governo de uma candidatura que abarcava o movimento neofascista não por apoio declarado a seus princípios, mas por meio da linguagem jurídica racional-legal e baseada em valores caros à democracia como probidade, moralidade e impessoalidade. Com a radicalização da estratégia negacionista nos primeiros meses da pandemia e as tentativas de interfe-

[11] Agradeço as valiosas leituras e críticas a versões deste artigo feitas por Michel Nicolau Netto, Anna Bentes e Edwiges Morato.

[12] A operação foi encerrada, pelo menos nos moldes como existia, pela Procuradoria-Geral da República, presidida por Augusto Aras, em 3 de fevereiro de 2021.

[13] Como, por exemplo, por meio de uma fundamentação de sentido religioso de associação da corrupção a “pecado”.

[14] O relato autobiográfico do procurador Deltan Dallagnol (2017) é, talvez, a expressão máxima dessa articulação ideológica da competição individual na divisão do trabalho e da competição de empresas no mercado. O procurador também expressa uma forte fundamentação religiosa para suas ações, o que o fez ter uma base social relevante no cristianismo evangélico. Ver Azevedo (2020).

[15] Não à toa, os abalos provocados à economia brasileira pelo resultado das ações da Lava Jato em grandes empresas do setor petroquímico e da construção civil são vistos como efeitos colaterais necessários da purificação da política que levaria à purificação da economia. Justamente por isso, o fato de que os custos econômicos diretos e indiretos na economia superaram o valor dos desvios recuperados pela operação no exterior não é sequer apontado como um problema por seus agentes. Ver Marques (2020).

rência de Bolsonaro na Polícia Federal, Moro desembarcou do governo. Esperava-se, nesse momento, um aumento expressivo do descrédito de Bolsonaro e da reprovação da gestão presidencial. Porém, depois de normalizada para si e para sua base social, a linguagem neofascista havia passado o que poderíamos chamar de um ponto de não-retorno, tanto político quanto semântico.

As estratégias metafóricas da luta contra a corrupção dos últimos anos cumprem um papel importante ao normalizar a potência neofascista de purificação da política e ao incidir sobre o comportamento eleitoral da classe média. A noção de que uma gestão técnica, no sentido de “apolítica”, seria possível e desejável já se desenhava nos gritos de “sem partido” nas ruas desde 2013.

E, por mais diversionista que possa parecer, quando, na campanha de 2018, acusava-se Bolsonaro por defender a morte e a tortura na Ditadura Militar (estratégia compreensível, mas fracassada da campanha de Fernando Haddad), o contra-argumento, sintetizado em muitos *memes* pelas redes, era de que a “corrupção do PT” havia matado milhares de pessoas nas filas de hospitais em razão da escassez de recursos causados por esses atos de corrupção. Dallagnol (2017), procurador-chefe da operação Lava Jato, exemplificou a origem “bem-intencionada” do raciocínio: “A corrupção é um serial killer que mata em silêncio” (p. 40) ou “a corrupção sistêmica que enfrentamos é um crime contra a humanidade, viola os direitos humanos e sangra uma nação” (p. 48). Uma característica do movimento neofascista – a apologia da violência, da criminalização e eliminação física do opositor, tal como defendida por Bolsonaro ao enaltecer não apenas a ditadura, mas a tortura e o assassinato da oposição – havia sido relativizada – na prática, normalizada – sem qualquer dano à moral vigente da luta contra a corrupção.

Não se trata, evidentemente, de ignorar os sérios problemas para o sistema de saúde público causados por desvios ilegais de recursos. Mas, sim, chamar a atenção para o fato de que, desde 2018, o campo semântico de “vida”, para parte majoritária da classe média, vinculou-se sem mediações a quem estaria comprometido com o combate à corrupção. Algo tão intenso que pôde se sobrepor às declarações, diretas e sem mediações, de quem fazia apologia da morte de seus opositores de esquerda^[16].

Quando chega a pandemia, o preço cobrado por esse projeto de purificação da política, além do próprio Bolsonaro na presidência, foi a força e o alcance da narrativa governista de que os gastos excepcionais com a

pandemia seriam motivados por agentes interessados mais na corrupção do que na contenção da doença. “Covidão” foi o nome criado nas redes bolsonaristas para dobrar a aposta das campanhas anticorrupção e desviar a atenção às vidas que, direta e diariamente, eram perdidas já na casa dos milhares para a Covid-19.

3. Purificar a economia: a retórica neoliberal

Em artigo publicado na atmosfera lúgubre da ascensão de Hitler na Alemanha, Hermann Heller, um jurista social-democrata alemão, descreveu um aspecto nem sempre lembrado da normalização, ainda no gabinete de Von Pappen, do autoritarismo de liberais que seria radicalizado, em outras direções, pelos nazistas: parte das forças econômicas e do pensamento liberal a elas vinculado admitiam ou mesmo exigiam governos fortes para propiciar o que seria o funcionamento “correto” da economia. Heller (1933) chamou de “liberalismo autoritário” a exigência de concentração de poder para separar o Estado da economia, fazê-lo recuar a ponto de subsistir apenas o que seria a verdadeira liberdade, a de mercado. *Mutatis mutandis*, algo que se mostrou orgânico e persistente na primeira experiência neoliberal da América Latina com os *Chicago boys* de Milton Friedman, entusiastas reformadores da economia no contexto propiciado pela ditadura de Augusto Pinochet no Chile a partir de 1973.

Guardadas também as devidas proporções, é possível considerar o mesmo movimento de fundo de *purificação da economia* operando na desestabilização do regime democrático no Brasil nos últimos anos, isto é, o uso de instituições e instrumentos do próprio Estado para forçar o “livre” jogo de mercado, o que inclui criminalizar não apenas os erros, mas as próprias políticas governamentais que se apresentavam como indutoras de desenvolvimento interno.

Primeiro, com o golpe de 2016 e a reorientação forçada, não validada pelas urnas, para o programa neoliberal radical aplicado por Michel Temer. Depois, por parte de frações burguesas e de neoliberais que não apenas financiaram e normalizaram a candidatura Bolsonaro para aplicação de reformas, como também forneceram uma base de argumentação econômica para a recusa das medidas de isolamento, vocalizadas pelo presidente no discurso de

“ (...) desde 2018, o campo semântico de “vida” (...) vinculou-se sem mediações a quem estaria comprometido com o combate à corrupção. Algo tão intenso que pôde se sobrepor às declarações (...) de quem fazia apologia da morte”

[16] Declarações como “vamos fuzilar a petralhada” (Bolsonaro, 3/9/18, em Rio Branco-AC) e “Petalhada, vai tudo vocês para a ponta da praia (...) Será uma limpeza nunca vista na história do Brasil. Vagabundos”. (discurso, por telefone, no dia 21/10/18, uma semana antes do segundo turno, a milhares de apoiadores na Av. Paulista em São Paulo). “Ponta da praia” era o termo usado na ditadura para indicar o local de desova de corpos de opositores no Rio de Janeiro. Ver a íntegra do discurso e análise da linguagem fascista de Bolsonaro nas eleições em Piovezani e Gentili (2020).

24 de março (Valle e Del Passo, 2020)^[17]. É preciso, portanto, dirigir a atenção à normalização da morte por agentes racionais “de mercado”.

Poucos dias antes do pronunciamento de Bolsonaro, o editorial do *Wall Street Journal* trazia as seguintes considerações:

Os mercados financeiros pararam de cair na quinta-feira, mas ninguém deve pensar que essa calamidade econômica em curso acabou. Se essa paralisação ordenada pelo governo continuar por muito mais do que uma ou duas semanas, o custo humano da perda de empregos e falências excederá o que a maioria dos americanos imagina. Não será popular ler isso em alguns setores, mas as autoridades federais e estaduais precisam começar a ajustar sua estratégia anti-vírus agora para evitar uma recessão econômica que irá fazer parecer menor os danos de 2008-2009.

O vasto projeto de distanciamento social dos últimos 10 dias foi necessário e fez muito bem. Os avisos sobre grandes reuniões de mais de 10 pessoas e a limitação do acesso aos lares de idosos salvarão vidas. O público recebeu uma educação fundamental em higiene e prevenção de doenças, e até mesmo os jovens podem entender a mensagem

Estamos falando de tsunami de destruição econômica que fará com que dezenas de milhões de pessoas percam seus empregos à medida que o comércio e a produção simplesmente cessarem. Muitas grandes empresas podem resistir a algumas semanas sem receita, mas isso não é verdade para milhões de pequenas e médias empresas.

Se o PIB parece abstrato, considere o custo humano. Pense no empreendedor que investiu sua vida em um restaurante de costelas em Memphis para ver, agora, seus clientes desaparecerem em uma semana. Ou a rede de varejo de 30 lojas que emprega centenas de pessoas, mas não terá vendas e precisa fechar as portas.

Ou a recém-formada com US \$ 20.000 em dívidas de empréstimos estudantis - tomados com o incentivo de políticos - que se viu demitida do primeiro emprego. Talvez ela possa voltar para casa e morar com os pais, mas e se eles também forem despedidos? Como você mede o custo humano desses sonhos destruídos, vidas destruídas ou danos à saúde mental que resultam de ordens dos governos federal e estadual? (Wall Street Journal, 2020).

O editorial do *WSJ* não afirmava, mas tinha como horizonte uma posição a respeito de medidas epidemiológicas que foi de algum modo implementada no início da pandemia por poucos países, como o Reino Unido, Holanda e Suécia. Por um tempo, esses países apostaram num possível controle da

pandemia pelo rápido alcance da “imunidade de rebanho” ou “coletiva”; isto é, tomar medidas de proteção pontuais aos mais vulneráveis, mas deixando o vírus circular a ponto de expor um número suficiente da população que, depois de imunizada por ter contato com a doença, serviria como barreira que evita novas transmissões a quem não foi atingido. Esse movimento, desde início, já operava um deslocamento importante do uso epidemiológico do conceito de imunidade coletiva, geralmente utilizado como resultado de programas de vacinação.

Porém, os resultados comparativos com nações semelhantes do ponto de vista demográfico e econômico foram tão negativos que recuos ou mesmo a completa mudança de política nesses países se tornaram inevitáveis em pouco tempo. Mas, o importante é ressaltar que essa linha de argumentação não desapareceu em muitas das vozes influentes no debate que permeia os círculos (e as redes sociais) de empresários, empreendedores e do mercado financeiro, as quais ecoavam em redes de comerciantes, pequenos proprietários de serviços e autônomos em geral que teriam suas atividades bastante comprometidas. Esses agentes foram os maiores defensores do “isolamento vertical”; isto é, manter a normalidade do trabalho para pessoas fora dos grupos de risco e isolar apenas esse último grupo^[18]. O temor era real, pois a aposta dos últimos anos em transformar trabalhadores em pequenos empreendedores não teria como se sustentar sem um enorme auxílio do governo (ampliação da dívida pública) capaz de assegurar a renda de velhos e novos sujeitos-empresa.

Nas primeiras semanas de março de 2020, ganhou destaque nas redes um áudio gravado pelo empresário Roberto Justus – que comandou por um tempo a versão brasileira do programa de televisão *O Aprendiz*, protagonizado por Donald Trump nos EUA. Em conversa de grupo de Whatsapp, ele criticava fortemente os prognósticos “alarmistas” da pandemia e afirmava ser irracional “criar uma crise econômica” para tentar conter uma doença que “só mata velhos e quem já tem outra enfermidade”. A repercussão do áudio, embora tenha causado críticas fortes, acabou não dando ênfase à fonte de Justus: ele citava a leitura de editoriais de jornais respeitados (como o *WSJ*) que apresentavam dados supostamente mais objetivos e realistas em comparação ao alarmismo da imprensa.

Empresários de vários setores que compunham a base bolsonarista passaram a denunciar igualmente o “desequilíbrio” das medidas que causariam desemprego e o sofrimento (e até mesmo o suicídio) de milhões de pessoas em comparação com a morte de “alguns milhares” de infectados. Na era da comunicação por *memes* e frases curtas em redes sociais, a mensagem se apresentou da seguinte forma: por que levar à morte “milhões de CNPJs” apenas para salvar “alguns poucos CPFs”?^[19]

A repercussão dessa linguagem informada pela ra-

[17] É emblemático que as “pedaladas fiscais” de Dilma Rousseff – que ameaçariam a previsibilidade das contas públicas exigida pelo capital financeiro – tenham sido utilizadas como justificativas para crimes de responsabilidade, enquanto as práticas de Bolsonaro na pandemia estejam longe de alcançar, nesses mesmos círculos, status semelhante.

[18] Registrei muitos *influencers* do segmento do empreendedorismo que, em redes sociais, faziam campanha ativa e diária contra o isolamento social mais amplo e em defesa do “isolamento vertical”.

[19] Em 11/02/21, no dia em que o país registrava o maior número de mortes diárias do ano (1452 óbitos), também o maior número diário em todo o mundo, Bolsonaro ainda mantinha o mesmo registro em sua *live* semanal: “A vida continua, temos que enfrentar as adversidades. Não adianta ficar em casa chorando, não vai chegar a lugar nenhum. Vamos respeitar o vírus, voltar a trabalhar, porque sem a economia não tem Brasil”.

cionalidade “puramente” econômica no campo de discussão da epidemiologia foi incorporar a imunidade de rebanho à interpretação liberal-utilitarista da teoria da evolução das espécies pela seleção natural, movimento que, desde século XIX, deu ensejo ao “darwinismo social” (importante observar, nunca declarado ou apoiado pelo próprio Darwin^[20]). Como exemplo, ainda no começo da pandemia, a proposta apareceu numa carta de um leitor da *Folha de São Paulo* em 13/03/20 ao articulista Hélio Schwartzman, conhecido por suas opiniões calcadas na moral consequencialista do utilitarismo. A coluna intitulada “Covid-19, a solução darwiniana” começava da seguinte maneira:

Respondo hoje à provocação do leitor Claudio Rangel: “Começo a achar cada vez mais que há um dramático exagero na reação ao coronavírus. Talvez dar shutdown no mundo como estamos fazendo acarrete muito mais externalidades (mortes) do que se ‘deixássemos a coisa rolar’. Numa visão utilitarista, não seria melhor assumir que o vírus é um elemento de seleção natural e levar a vida (quase) normalmente? Haveria um colapso maior nos sistemas de saúde por 1, 2, 3 meses, mas depois voltaria ao normal e o resto do mundo seguiria funcionando” (Schwartzman, 2020).

A resposta do articulista foi “não recomendar a solução darwiniana” (como se ela, de fato, existisse com esse nome), em razão de variáveis não consideradas pelo missivista, como o ritmo crescente dos contágios, a sobrecarga evitável dos hospitais, a possibilidade de ganhar tempo para novos tratamentos e vacinas. Mas, o decisivo, é que a própria linguagem (e a retórica) que organiza o raciocínio não foi questionada. Uma linguagem em que mortes são tratadas como “externalidades” de uma seleção natural e de uma economia que poderiam seguir funcionando “normalmente”. Era uma forma de “neoliberalismo epidemiológico”: assim como o dogma do livre mercado, epidemias seriam combatidas se deixadas “desreguladas”^[21].

Em 22/01/2021, quando o país chegou a 211 mil mortes, uma matéria da mesma *FSP* apresentava no título: “País já perdeu mais de 0,1% de sua população para a Covid-19”. Não é possível subestimar a quantidade de “vozes do mercado”, próprias das subjetividades neoliberais, que considerariam, ainda que não publicamente, essa “exter-

nalidade” baixa comparada ao aumento da dívida pública que ameaça a confiança dos investidores.

4. Purificar a nação: o reacionarismo patriarcal

O movimento de massa reacionário que conduziu à vitória eleitoral de Bolsonaro e se mantém como base de apoio a seu governo, mesmo na tragédia humanitária da pandemia, encontra no conservadorismo patriarcal seu fundamento ideológico mais sólido e socialmente enraizado, principalmente por ser produzido e reproduzido em práticas e instituições religiosas de parte importante de grupos cristãos católicos e evangélicos^[22].

Purificar a nação seria recuperar o caráter impositivo e exclusivo do modelo de família heteronormativa preconizada pelo conservadorismo patriarcal, chefiada por “homens de bem” e vista como base de uma nação indivisível. Este modelo sofreu abalos com as políticas, projetos e programas sociais que, principalmente no ciclo petista, direcionaram-se às formas de combate do machismo, do racismo e da homofobia. O apoio do governo petista a mecanismos, programas, materiais pedagógicos e até à própria linguagem^[23] que se colocava contra a naturalização do modelo de família defendido pelos conservadores era visto, ao mesmo tempo, como uma corrosão da nação e de seus valores básicos.

Purificar a política e a economia – “pôr ordem na casa”, expressão linguística que alude à ação para a qual convergiam conservadores e neoliberais – implica a purificação de uma nação ameaçada pela corrupção de valores da família heteronormativa (Nicolau Netto et al., 2019). A denúncia, promovida principalmente por lideranças religiosas, sobre a presença da “ideologia de gênero” nas instituições educacionais brasileiras transformou-se em peça fundamental de acusação^[24]. O agente portador dessa missão recebeu o status de “mito”.

A ascensão de Bolsonaro – deputado federal da extrema-direita integrante do baixo clero da “bancada da bala”, tratado muitas vezes de forma caricatural e irresponsavelmente cômica por programas de TV, para a presidência^[25] – precisa ser compreendida à luz das diferentes forças, especialmente do conservadorismo cristão, que se organizavam como reação às pautas de gênero e sexualidade. Lacerda (2019) e Biroli (2020) apresentam uma rica descrição e análise da formação desse campo na

[20] Ver Tort (2004).

[21] O termo foi sugerido pela ativista e musicista Isabel Frey (2020).

[22] Os índices de apoio a Bolsonaro e seu governo encontram um apoio estável e sólido entre eleitores que professam o cristianismo evangélico. As pesquisas não dão conta da grande heterogeneidade da denominação “evangélicos”, mas indicam que, entre janeiro/20 e fev/21, ótimo/bom oscilou em torno de 40% e chegou a um pico de 53% em dez/20. Entre católicos, ótimo/bom oscila em torno de 30% e chegou ao pico de 39% em set/20. Digno de nota que a aprovação ótimo/bom também é sempre maior entre homens e na faixa de idade de 35 aos 54 anos (XP/IPESPE).

[23] Sobre a reação contra o “politicamente correto”, ver Morato e Bentes (2017).

[24] O Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, chefiado por Damare Alves, é o mais combativo nesse sentido. Digno de nota observar que uma das principais figuras do neointegralismo na vida política brasileira, Paulo Fernandes Melo da Costa, integrante da Federação Integralista Brasileira, é assessor especial da ministra.

[25] Bolsonaro teve sete mandatos como deputado estadual pelo Rio de Janeiro. Da primeira (1990) à sexta eleição (2010), sua votação oscilou entre 70 a 120 mil votos. Em 2014, ela quase quintuplicou: foi o mais votado no estado, com 464 mil votos.

arena parlamentar e a articulação gradual que se efetivou com o programa neoliberal na economia^[26].

Chamo a atenção para o evento em que essa força política encontra a expressão linguística correspondente à profundidade que se exigia do embate: a formação do “mito”. Segundo a pesquisa realizada pela matéria investigativa que baseou o podcast *Retrato Narrado*^[27], a expressão “mito” foi pela primeira vez identificada em vídeos nas redes sociais ao retratar a agressão verbal de Bolsonaro à deputada Maria do Rosário (PT-RS).

O evento inicial é de 2003, quando, ao reagir às críticas da parlamentar de que praticava apologia do estupro, Bolsonaro afirmou: “jamais estupraria você, porque você não merece”. A declaração foi repetida em 2014 e, nesse ano, foi feita a edição do vídeo de 2003 com a referência textual ao mito, criando uma identificação com o que era visto, por seus apoiadores, como uma atitude corajosa e autêntica de Bolsonaro. Na edição do vídeo, foram colocados óculos escuros à imagem de Bolsonaro – um símbolo de que a pessoa “lacrou” no debate, isto é, foi muito bem-sucedido, venceu sua contendora, deixando-a sem ação – e, ao fundo, uma música em inglês com a frase “*turn down for what*”, algo como “pegar leve para quê”; uma estética que estava se tornando cada vez mais comum nos embates nas redes, em todos os espectros políticos.

Não é aleatório que a formação conceitual de “mito” no processo político de radicalização da direita tenha se iniciado a partir de uma agressão verbal a uma mulher parlamentar, na qual se disputavam deliberadamente os limites entre a liberdade de expressão e a apologia ao crime de estupro^[28]. Outros tantos limites seriam disputados e rompidos pela linguagem neofascista de Bolsonaro. Em 2016, ao declarar o voto favorável à deposição de Dilma Rousseff, Bolsonaro reverenciou a memória de Brilhante Ustra (coronel do Exército e ex-chefe do DOI-CODI, primeiro militar condenado por tortura pela Justiça brasileira) como “o pavor de Dilma”.

A estratégia de romper os limites do decoro e das leis, tornando possível falar publicamente o que se restringia a círculos privados, menores ou anônimos, é um aspecto recorrente de grupos de extrema-direita e neofascistas que operam nos marcos de regimes democráticos e buscam reorientar, para si mesmos, a defesa da liberdade, como a liberdade de expressão. O campo de luta aberto pela linguagem se mostra crucial no sentido de normalização tanto da violência dos meios propostos quanto dos valores que buscam concretizar em seus fins. No caso de Bolsonaro, a defesa da imunidade

parlamentar se mostrou uma armadura crucial para promover a normalização da morte e da violência^[29].

Um exemplo importante pode ser visto no programa *Conexão Repórter* (SBT), que realizou, em abril de 2015, uma matéria sobre as disputas em torno dos direitos da população LGBTIQ+ e dos “defensores da família” no Congresso Nacional. Para tanto, Bolsonaro e o então deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) foram entrevistados. Também foi registrada uma conversa com homens encapuzados de grupos de extrema-direita que pregavam a “violência contra LGBTs”. Esses homens anônimos diziam ser contra o “homossexualismo” por desprezar “as leis de Deus, que fizeram apenas o homem e a mulher”. Para essa luta, estariam preparados “para matar ou morrer”. Roberto Cabrini, jornalista e produtor do programa, mostra a Bolsonaro a entrevista com os homens encapuzados e pergunta: “até que ponto esses grupos radicais que pregam a violência contra homossexuais se inspiram em posições como a do senhor?” A resposta: “Eu sou uma pessoa que estou preservando a família. Eu tenho imunidade para falar. Gostem ou não gostem”.

A linguagem fascista também opera pelos silêncios, pois sabe dosar sua eficácia em cada contexto. Após o assassinato brutal da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) em 14/03/18, o então presidenciável não emitiu nota ou fez comentários. Segundo sua assessoria, preferiu o silêncio pelo fato de “sua opinião ser polêmica demais” (FSP, 15/03/18). Dias depois, declarou: “eu me resguardo o direito de permanecer em silêncio nesse caso e aguardo a conclusão das investigações” (O Dia, 20/03/18). O silêncio era o complemento adequado ao que se falava e escrevia por seus apoiadores nas redes sociais, muitos deles reproduzindo mentiras, com conotações racistas mais ou menos explícitas, a respeito da vida da vereadora. Em abril de 2018, Bolsonaro deu um passo além. Afirmou que, “para a democracia, [o assassinato de Marielle] não significa nada. Mais uma morte no Rio de Janeiro” (O Globo, 23/04/18).

Silêncios, gestos (a representação de arma feitas com as mãos) e declarações que, na campanha e no atual governo, são mobilizados em projetos de lei e decretos que buscam ampliar o raio de proteção da “família e da propriedade”, como a flexibilização do acesso a armas e o já citado “excludente de ilicitude”. E, nesse ponto, a normalização de assassinatos (por milícias e forças do Estado) e da própria linguagem fascista aplicada à segurança pública – dimensão que se encaixa bem ao conceito de necropolítica de A. Mbembe (2018) – encontra novamente no termo “CPF”, já

[26] Para citar apenas um caso exemplar, em evento de outubro de 2019 chamado Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC), a ministra Damare Alves descreveu as ações realizadas, nos governos petistas, do que ela denomina de “exército silencioso dos conservadores”. Uma fato importante ocorreu em 2009, no segundo mandato de Lula, quando um projeto de lei buscava aprovar a mudança de escopo de um conselho nacional já existente, dedicando-o à discussão pública da cidadania LGBT. Alves foi alertada por um consultor parlamentar que a mudança estava “escondida” em um PL vinculado ao Ministério da Pesca. Como faltavam poucos dias para composição da comissão dedicada ao PL, Damare encontrou apoio no “único parlamentar” que os apoiava integralmente e que, segundo a ministra, “graças a Deus hoje é Presidente da República”. Ainda, afirmou que “o exército silencioso dos conservadores precisava de um macho para nos representar no Parlamento” (informações retiradas do podcast *Retrato Narrado*). A antropóloga Jaqueline Teixeira (2019) aponta também para a forma pela qual o conservadorismo religioso liderado por mulheres buscou reorientar legislações, mesmo como a Lei Maria da Penha, no sentido de usá-las como ferramenta para a defesa do modelo de “família heterossexual saudável”, e não como resultado da pauta feminista.

[27] Produção da Rádio Novelo em 2020, com roteiro da jornalista Carol Pires.

[28] Bolsonaro passou anos sem sofrer qualquer penalidade pelo ato de 2003, sendo apenas condenado a pagar multa em 2015 e a publicar pedido de desculpas em 2019.

[29] Processo que também que se expressou pelas ofensas racistas de Bolsonaro, como o ocorrido no Clube Hebraica no Rio de Janeiro em abril de 2017: “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele ser serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles”.

usado como metonímia de pessoa em contraposição aos CNPJs (empresas e empreendedores), uma expressão corriqueira, reproduzida de forma natural e desavergonhada por usuários em redes sociais que, ao comentar operações policiais que resultavam em mortes, afirmavam: “um CPF a menos hoje”. Enfim, o “cancelamento de CPFs”, admitido como externalidade pela linguagem econômica neoliberal, já existia também, por outros motivos, no discurso corriqueiro dos defensores de “excludentes de ilicitude”.

O movimento de purificação da nação provocou dois efeitos importantes para tornar possível a normalização da morte na pandemia. O primeiro tem origem nas redes de comunicação alternativas à imprensa que veiculava as orientações da OMS e de instituições científicas. Essas redes alternativas haviam sido criadas anos antes para a agitação e propaganda política do bolsonarismo e foram articuladas aos canais já existentes e com grande capilaridade nos estratos populares do conservadorismo cristão. É importante, nesse sentido, ressaltar que a legitimidade e credibilidade dos discursos presentes nessas redes foram construídas por lógicas que tinham forte aderência no cotidiano religioso das pessoas. Foi nesse registro de sentido em que também eram desqualificadas as orientações científicas na medida em que instituições como a OMS eram denunciadas por disponibilizar, em outros ramos de sua atuação, orientações pedagógicas que fomentariam a “masturbação e homossexualidade em crianças”^[30].

O segundo efeito talvez tenha um papel ainda mais decisivo. No pronunciamento de Bolsonaro que minimizava a doença como “gripezinha ou resfriadinho”, havia também o apelo à privatização do cuidado, coerente com uma normatividade de família patriarcal, na qual a responsabilidade pela redução das mortes era transferida para indivíduos compreendidos apenas com uma derivação das famílias: “Devemos, sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós”.

Após o aumento da aprovação do governo com a implementação do auxílio emergencial, a maioria das análises incorreu em certo reducionismo ao vincular diretamente, sem mediações, os dois fatores^[31]. Ignora-se, assim, que o recurso vindo do Estado *foi antecedido por* um conjunto de práticas e discursos que enfatizavam a ética do trabalho duro e valores como o de resiliência, honra e virilidade para

enfrentar os desafios impostos à “nação”. De maneira politicamente eficiente e calculada, antes do início do auxílio emergencial, esse discurso se valeu do ressentimento popular contra uma “elite” que pôde se isolar rapidamente em casa, sem sofrer grandes impactos de renda^[32]. Parte da classe média e até mesmo discursos da “ciência” potencializaram, mesmo sem intenção, essa polarização artificialmente fabricada ao apontar a “ignorância e desumanidade” de quem não seguia as medidas de isolamento, ainda que muitos não possuíssem condições objetivas de cumpri-las.

5. A linguagem neofascista no pronunciamento de março de 2020

O pronunciamento de 24 de março de 2020 chocou parte das pessoas, pois, talvez pela primeira vez, Bolsonaro tenha levado traços importantes da linguagem que utiliza nas redes sociais para o contexto mais amplo da comunicação oficial, para a qual ainda havia algumas restrições. Isso ocorreu porque ali Bolsonaro tinha como necessidade maior traçar a linha demarcatória de uma campanha que demoraria muitos meses: tornar possível seu objetivo de deixar o vírus circular. E, para isso, o pronunciamento foi sobretudo dirigido à arregimentação do movimento reacionário de massa que lidera e há traços nítidos, como se indica a seguir, que seu interlocutor principal eram a classe média, autônomos e pequenos proprietários.

Impactados com a declaração de guerra ali feita contra as medidas de isolamento, e não contra o vírus, muitos avaliaram como, no mínimo, uma posição autodestrutiva por negar de modo tão veemente a realidade ou, no máximo, um sinal de desequilíbrio psicológico. Sinais de que grupos sociais que votaram em Bolsonaro agora o criticavam, como nos painéis em regiões

de classe média comuns na crise que levou à deposição de Dilma, pareciam dar sustentação a essas avaliações.

Nem uma coisa, nem outra. Havia ali uma estratégia racional que se valia da força do lugar de purificação que ocupou nos processos anteriores descritos até aqui. Havia, sobretudo, a incorporação de interesses econômicos e ideológicos bem sedimentados, os quais, ainda que não incorporassem totalmente o tom do pronunciamento, compartilhavam os valores e o objetivo mobilizados por Bolsonaro.

“O ‘cancelamento de CPFs’, admitido como externalidade pela linguagem econômica neoliberal, já existia também, por outros motivos, no discurso corriqueiro dos defensores de ‘excludentes de ilicitude’”

[30] Em abril de 2020, Bolsonaro publica em sua conta no Facebook (apagando depois a postagem): “Essa é a Organização Mundial da Saúde (OMS) que muitos dizem que eu devo seguir no caso do Coronavírus (...). Deveríamos então seguir também diretrizes para políticas educacionais?”. O assessor especial da presidência da República, Arthur Weintraub, irmão de Abraham Weintraub (então Ministro da Educação), compartilhou conteúdo semelhante em seu perfil no Twitter: “OMS com diretrizes recomendando que crianças de 0 a 4 anos sejam ensinadas sobre ‘masturbação’, ‘prazer e diversão’, ‘tocar o corpo’ e ‘ideologia de gênero’. Isso é correto?”

[31] As pesquisas, de fato, atestam a correlação entre a implementação do auxílio emergencial e a aprovação do governo nos estratos de renda abaixo de 2 SM e entre 2 e 5 SM, mas a busca de causalidade exige enfrentar as mediações descritas.

[32] Um dia após o primeiro pronunciamento, Bolsonaro declarou: “Alguns prefeitos e governadores erraram na dose. Foi uma catástrofe. (...) Olha a desgraça que está aí (...)” “Agora não existe mais diarista, não existe mais manicure, [motorista de] Uber não funciona. Não dá para entender que essa onda é muito mais preocupante do que a doença?”

Este pronunciamento é um marco importante da conjunção dessas camadas de purificação, envoltos numa linguagem neofascista, aplicada à pandemia da Covid-19. Isso não significa, contudo, que seja uniforme, totalmente original e dissociado de registros discursivos derivados de outras ideologias. A resistência às medidas de isolamento tinha o apoio de frações burguesas e os argumentos internos à racionalidade de mercado, como o “isolamento vertical”, estavam em plena construção naquele contexto (Valle e Del Passo, 2020). Mas, a força e coerência do pronunciamento presidencial são construídas na medida em que os sentidos de nação, verdade, saúde, ciência, vida e morte são organizados de forma específica, perfazendo um registro singular.

Dito de outro modo, se o “deixar morrer” já era validado por argumentos técnicos internos a uma racionalidade econômica ou à necropolítica nos territórios periféricos, explicitar a escolha de quem se deixa morrer na pandemia (algo inerente ao objetivo de fazer o vírus circular) exige uma ordem de justificação moral e política que os outros discursos, por si só, não tinham a capacidade, ou teriam muito mais dificuldades, de oferecer. É o uso da linguagem fascista da verdade, postulado por um “grande homem comum”^[33], que alcança com maior êxito esse objetivo.

O primeiro verbo do pronunciamento expressa um ato de salvação – dirigido a “irmãos”, e não a cidadãos brasileiros – realizado por ministérios prioritários do governo: “Desde quando resgatamos nossos irmãos em Wuhan, na China, em uma operação coordenada pelos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, surgiu para nós um sinal amarelo”. A referência à origem da doença, a despeito do alcance já global do vírus, explica-se pelo contexto em que as teorias que circulavam nas redes transnacionais de extrema-direita diziam haver alguma intencionalidade política na emergência da pandemia, sendo comum a designação de “vírus chinês” ou de que este teria sido criado por laboratório. Esse aspecto não pode ser subestimado, pois foi importante para ampliar o apoio à decisão do governo federal em não comprar vacinas de origem chinesa e em não “aumentar a crise econômica”, um plano supostamente planejado pela China^[34]. O referencial de ideias do anticomunismo genérico combinado com a ideologia tradicionalista foi potencializado pelo ativismo, principalmente, de Olavo de Carvalho.

O Ministério da Saúde aparece somente depois da ação de salvação de militares e do ministério chefiado por Ernesto Araújo, nome referendado por Carvalho. As credenciais técnicas do ministro Henrique Mandetta são enfatizadas pelo pronome de tratamento comumente dado a médicos, “doutor”, e afirma-se, no registro negacionista, que o SUS estaria sendo preparado para “possíveis vítimas”. O governo, então, teria agora que evitar o “pânico e a histeria”, para

“salvar vidas e evitar o desemprego em massa”. Um inimigo genérico estava também referenciado: “contra tudo e contra todos”. Na atuação da base bolsonarista nas redes, esse inimigo ganhava o nome adequado a cada contexto, estado e município, à esquerda ou à direita.

Mas, o que chama realmente a atenção é a forma como aparece a referência ao caos da pandemia que já ocorria na Itália. As mortes em grande escala naquele país foram tratadas como “carro chefe” dos argumentos de quem defendia o isolamento social amplo, como se a questão fosse apenas enfrentar a “outra narrativa”. Mais do que isso, o objeto não eram as mortes na Itália, mas “o anúncio” de grande número de mortes. E, na sequência, o pronunciamento buscava criar um clima de segurança e conforto para os brasileiros ao marcar uma diferença do Brasil com Itália: esta seria uma nação de “grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso”.

A marcação da diferença em termos etários impunha um problema que precisava ser enfrentado. Ora, Bolsonaro estava nesse grupo de idade e foi justamente aí que um ideal fascista de corpo saudável se fez presente: “no meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão”^[35].

Ressaltar esse aspecto é importante, porque exige também incluir na análise as reações ao pronunciamento. A posição quase que exclusiva das críticas ao presidente centraram o foco no que seria a mentira da afirmação: ridicularizaram Bolsonaro, por não parecer ser um atleta. Passou incólume ou, pelo menos, secundarizada a linguagem da morte que, ao produzir um ideal de vida autêntico e saudável, ajudava a normalizar a prática do deixar morrer por quem, não importa como, se considera saudável.

Para reforçar a negação da gravidade da doença, o discurso também apontava “notícias positivas no tratamento da Covid-19”: a cloroquina. Como se sabe, outros medicamentos (todos ineficazes, segundo autoridades sanitárias) foram adicionados com o tempo ao rol dessas substâncias. Porém, chama a atenção a forma como Bolsonaro a situa, ao nomear entidades legitimadas, como “o FDA americano e o Hospital Albert Einstein”, que estariam “buscando a comprovação” de sua eficácia. A referência ao *Food and Drug Administration* dos EUA apenas pela sigla, sem o explicar, e a um hospital privado frequentado apenas por pessoas ricas de São Paulo, talvez tenha sido o sintoma mais visível e marcante de que, nesse ponto, o interlocutor de Bolsonaro era a alta classe média e o empresariado que também integram o movimento reacionário por ele liderado.

[33] Aspecto discutido por Piovezani (2020) como modelo pressuposto da linguagem fascista. Sobre Bolsonaro e “o homem comum ou médio”, ver também Chaguri et al. (2019). Digno de nota que Bolsonaro fala da doença e do vírus, mas, nesse dia, não pronunciou a palavra “pandemia”.

[34] Na pesquisa Datafolha (8 a 12/12/20), 50% dos entrevistados afirmaram que não tomariam uma vacina que tivesse sido aprovada e desenvolvida na China.

[35] A referência é a Dráuzio Varella que, nos primeiros dias da cobertura sobre Wuhan, afirmou que a doença seria uma gripe fraca, uma informação que colheu com médicos que ainda não haviam tido contato direto com a doença. Pouco tempo depois, reconheceu o erro, passou a defender o isolamento social e continua a ser uma das principais vozes públicas contra o negacionismo científico. A frase, porém, descontextualizada, continuou a reverberar pelo sistema de agitação e propaganda bolsonarista.

Todos esses argumentos eram sincronizados com o sistema de agitação e propaganda nas redes sociais, o qual, no terreno mais livre desses espaços, seguia a posição em níveis de verdade aparentemente mais profundos: as denúncias de que mortes por outras doenças estariam sendo contadas como resultante da Covid pelos estados e municípios; estudos que supostamente comprovavam a eficácia da cloroquina; relatos de pessoas reais (incluindo médicos) que mostravam essa eficácia na prática; hospitais de campanha supostamente vazios e comparações com casos elevados da H1N1 no governo Lula que não teriam recebido o mesmo “alarmismo” – uma mostra de que havia uma “politização da pandemia” pela oposição.

Caberia, então, a Bolsonaro o papel de liderar o campo “apolítico” que preservaria a economia contra o conceito de “terra arrasada” das medidas de isolamento, as quais eram renomeadas como medidas de “confinamento em massa”. O propósito era preservar o lugar de defensor da liberdade que, em tantos outros temas, sua base social reivindica, como no acesso irrestrito ao porte de armas e, agora, na liberdade de manter seus negócios a despeito da pandemia. Novamente, o movimento era sincronizado com a produção de materiais nas redes que alertavam para uma iminente falta de comida em centrais de abastecimento e para o aumento de suicídios, depressão e violência doméstica. Em um deles, se dizia que “as pessoas com fome vão entender porque se come morcego na China”, deliberadamente suscitando a ideia de que seria essa a origem do vírus. Enfim, as medidas de combate à pandemia seriam apenas uma estratégia para a perda de direitos individuais e a implementação de regimes totalitários. O fim do discurso é um chamamento à construção de um “novo Brasil, que tem tudo, sim, para ser uma grande Nação”.

6. Considerações finais

São poucos os contextos em que é possível identificar de forma tão direta como políticas de Estado matam ou deixam morrer um número elevado de seres humanos em um tempo relativamente curto. Geralmente, os efeitos das políticas sobre os corpos se efetivam ao longo de períodos extensos ou em temporalidades distintas, por mediações institucionais mais complexas e com intencionalidade menos explícita de seus principais agentes. Isto não significa, de modo algum, subestimar a dimensão igualmente violenta da administração cotidiana da vida em outros momentos, mas apontar como, no contexto criado pela pandemia, a relação causal entre algumas medidas e o número de mortes revela-se menos opaca e permite comparar diferentes experiências entre os países^[36].

A pandemia provocada pela Covid-19 é um desses

momentos de exceção que potencializam as contradições sociais. Embora nova e com um mundo ainda a ser desbravado pela pesquisa científica, foi possível descrever com alguma antecedência características gerais da doença e formas mais propícias de transmissão, o que permite criar – de novo, sem certezas, mas com algum grau de previsibilidade – estimativas de infecção, mortalidade e letalidade, tratamentos e cuidados possíveis e perspectivas de contenção por vacinas.

Se, por um lado, não era possível controlar todas as variáveis e as incertezas ainda eram grandes sobre dimensões da *doença*, por outro, as experiências ao redor do mundo autorizavam sustentar o que precisaria funcionar para combater a *pandemia*. O vírus, Sars-Cov-2, tem uma existência objetiva independente da atribuição de sentido que se faça sobre ele. Porém, a forma como é politicamente tratado determina o quanto de sua potência destrutiva pode se tornar efetiva.

Ao atingir os primeiros brasileiros e o território nacional, o vírus não apenas encontrou Jair Bolsonaro na presidência, mas um país em que um movimento reacionário de massa, com apoio de frações burguesas, corroía por dentro instituições essenciais para um combate humanitário da pandemia. Procurei desenvolver neste artigo que o cenário propício ao aumento das mortes pelo uso do negacionismo científico é socialmente sólido justamente porque se formou a partir de investidas em prol da purificação da política, da economia e da nação. Esse movimento reacionário, quando iniciado e socialmente enraizado, pode ultrapassar pontos de não-retorno, nos grupos sociais e nas instituições do Estado, e tornar difícil a resolução de conflitos de forma pacífica.

A despeito de calculadas oscilações para se ajustar à temperatura e à pressão de cada fase da pandemia e do jogo político institucional nela implicado, a condução das políticas de saúde do governo Bolsonaro teve como característica permanente não apenas o negacionismo científico, mas a disputa de sentido sobre o que são (ou deveriam ser) a sociedade e os usos da ciência. A desigualdade social brasileira contribui à estratégia de fazer viver e deixar morrer. Dialogando aqui com uma dimensão dos estudos de Foucault (2008) a respeito de poder, neoliberalismo e biopolítica, seria importante observar que, embora haja uma predisposição a enfatizar as “hipóteses repressivas” do poder, uma governamentalidade se compreende pela produção de um saber com técnicas de governo específicas e uma base normativa sobre a sociedade que, se não apresenta um programa fechado, lhe fornece um horizonte.

A análise da condução da pandemia por Bolsonaro precisa incorporar esse movimento duplo de negação/produção: a negação da ciência e da gravidade da pandemia *ao mesmo tempo* em que se admitiam riscos, mas os relegava a corpos “não saudáveis”, idosos ou economicamente inativos; o

[36] Em artigo produzido por uma comissão de especialistas formada pela revista *The Lancet*, uma primeira estimativa de mortes evitáveis nos EUA foi sugerida: 40% das 470 mil mortes provocadas pela Covid-19 no país até fevereiro de 2021, por meio de análise de grande pacote de medidas (tomadas e não tomadas) pelo governo de Donald Trump e as consequências dele para o combate à pandemia.

desestímulo ao uso de máscaras e deliberada campanha contra o isolamento social *concomitante* à propagação de tratamentos supostamente eficazes (e com aval de uma minoria de médicos) ao combate precoce da doença e à responsabilização das famílias pelo cuidado com os mais ameaçados; demissão de Ministros da Saúde oriundos da área médica *substituindo-os* por um general militar da ativa apresentado como especialista em eficiência logística; questionamento da eficácia ou alerta para riscos de vacinas (especialmente a da “China comunista, propagadora do vírus”) e boicote a propostas concretas de vacinação^[37] com uma sinalização genérica de que haveria, sim, um programa de vacinação, mas “seguro” e não obrigatório (em “respeito ao direito individual”^[38]); implementação do auxílio emergencial (a contragosto, por pressão externa de movimentos sociais e parte do Congresso) *associada* à defesa da virilidade, ou seja, uma performance de masculinidade que deveria aceitar os riscos da doença (“deixar de ser uma país de maricas”) e a defesa da ética do trabalho duro, mesmo em períodos difíceis.

Em suma, um governo que combina o negacionismo e informações deliberadamente falsas com um uso seletivo da própria ciência na medida (e tão somente na medida) em que ela possa provocar a privatização do cuidado nas famílias e a normalização das pessoas e de corpos “não saudáveis” que se deixam morrer.

Agora, poderia ser levantada a seguinte pergunta com o que foi descrito até aqui: o fato de mobilizar forças sociais e seus valores autoritários já existentes, seja de conservadores ou neoliberais, não tornaria desnecessário o conceito de neofascismo?

Já não haveria bases sociais e ideológicas suficientes para normalizar as mortes evitáveis?

O qualificativo neofascista aqui usado não tem como objetivo indicar, em tom acusatório, um grau maior de violência e desprezo à vida. Ele se justifica por marcar diferenças importantes de análise, que destaco aqui em duas dimensões.

A primeira é a capacidade singular da própria linguagem fascista em produzir “verdade” e reivindicar para si um sentido de purificação, que encarna desejos e interesses distintos, num movimento de *liderança única* em prol da restauração de uma suposta ordem natural ameaçada, o que permite a essa linguagem ser encarnada numa base social mais ampla do que a original e até se distanciar do programa econômico que, de início, pavimentou sua ascensão. Em termos práti-

cos: só Bolsonaro poderia pronunciar o discurso de março de 2020. O conteúdo do seu discurso atende a interesses concretos, mas não pode ser verbalizado, daquela forma, pelos agentes sociais por ele beneficiados. É uma linguagem que não recua naquilo que é mais sensível; pelo contrário, sua força está em expô-la de modo autêntico e corajoso – diferentemente, por exemplo, das várias conjunções adversativas e contornos de um editorial do *WSJ*. Sua força reside em declarar como verdade aquilo que se gostaria de ocultar como uma externalidade incômoda.

A segunda dimensão diz respeito ao choque, inevitável, com a realidade objetiva. A potência irracional do estado de negação da realidade provocado pelo fascismo, embora se valha de racionalidade em relação aos meios, cobra seu preço em momentos decisivos. De início, muitos liberais insistiram que a oposição “economia x saúde” não fazia

sentido, já que os negócios só podem prosperar se a pandemia arrefecesse. Ignoravam, contudo, que os sujeitos reais que comandam empresas e fazem investimento tinham planos para o curto prazo e não iriam, ou não poderiam, simplesmente aceitar esperar um tempo indefinido. Ignoram também a existência de uma superpopulação relativa (Marx, 2017) que supre as necessidades de uma produção econômica cuja oscilação é estrutural, não episódica.

Mas, o caso mais nítido pode ser visto na questão das vacinas. A recusa de Bolsonaro, hoje comprovada, em garantir a compra de vacinas quando ofertas lhe foram feitas, prejudica até mesmo os interesses de quem o apoiava. O boicote ao programa rápido e eficaz de vacinação é indício dos limites autoimpostos

pela condução neofascista da pandemia que, embora possa fazer ziguezagues, exige algum comprometimento mínimo coerente ao estado de negação que criou com sua linguagem. A atitude deliberada, não apenas pela incompetência, em oferecer vacinas à população é consequência da irracionalidade inerente aos fins fascistas.

Por fim, restaria alguma esperança? Embora não tenha aqui desenvolvido o argumento, é igualmente importante compreender as razões que fazem parte crescente da população demonstrar, por caminhos e formas muito diversas, desaprovação ao governo e recusa à forma pela qual a pandemia tem sido conduzida^[39]. À normalização do “deixar morrer”, já apontam resistências e indignações mais amplas, talvez potencializadas pela elevação do ritmo de mortes no começo de 2021. Porém, é difícil imaginar

“ (...) um governo que combina o negacionismo (...) com um uso seletivo da própria ciência na medida em que ela possa provocar a privatização do cuidado nas famílias e a normalização das pessoas e de corpos “não saudáveis” que se deixam morrer”

[37] Os detalhes sobre três grandes boicotes ao programa de vacinação por Bolsonaro são descritos por Gaspar (2021).

[38] A pesquisa Datafolha de dezembro de 2020 identificou 22% de entrevistados que afirmaram não pretender se vacinar. Em agosto, o número era de 9%. Sobre a obrigatoriedade da vacinação, 43% eram contrários.

[39] O apoio ao impeachment de Bolsonaro ultrapassou ligeiramente, no começo de 2021, 50% dos entrevistados, como indicado pela pesquisa Datafolha.

como parcela expressiva da população possa, em pouco tempo, recuar do que lhe fez sentido até aqui e admitir uma objetividade que por anos tem sido negada^[40].

De todo modo, o desafio será encontrar a forma pela qual essas resistências poderão incidir nas famílias, na ciência, nas

religiões, na economia e na política – justamente aquelas instâncias que, supostamente, estariam sendo purificadas por Bolsonaro. E, mesmo que ele seja enfraquecido no futuro, as disposições que o levaram a representar esse anseio continuarão enraizadas na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, M. 2020. Política e religião: Dallagnol em campanha Junto à comunidade evangélica. In: C. MILEK; A. RIBEIRO (org.), *Relações indecentes*, São Paulo, Tirant Lo Branch, p. 173-181.
- BIROLI, F. 2020. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: F. BIROLI et al. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo, Boitempo, p. 135-187.
- BOITO JR., A. 2020. Por que caracterizar o governo Bolsonaro como neofascismo. *Crítica Marxista*, (50):111-120.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. 1975. *A reprodução: elementos para a teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 239 p.
- CAVALCANTE, S.; ÁRIAS, S. 2019. A divisão da classe média na crise política brasileira (2013-2016). In: P. BOUFFARTIGUE et al. (org.), *O Brasil e a França na mundialização neoliberal: mudanças políticas e contestações sociais*. São Paulo, Alameda, p. 97-126.
- CAVALCANTE, S. 2020. Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro. *Crítica Marxista*, (50):121-30.
- CAVALCANTE, S. 2018. Classe média, meritocracia e corrupção. *Crítica Marxista*, (46):103-125.
- CHAGURI, M.; CAVALCANTE, S.; NICOLAU NETTO, M.; 2019. O conservadorismo liberal do homem médio. Disponível em: <https://epoca.globo.com/artigo-conservadorismo-liberal-do-homem-medio-23358236>. Acesso em: 20/01/21.
- DALLAGNOL, D. 2017. *A luta contra a corrupção*. Rio de Janeiro, Primeira Pessoa, 320 p.
- DELLA TORRE, B. 2020. Com quantos paus se faz uma canoa? Notas sobre *A personalidade autoritária*. *Crítica Marxista*, (50):103-110.
- DIREITOS NA PANDEMIA. 2021. Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil. Boletim n. 10. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/01/boletim-direitos-na-pandemia.pdf>. Acesso em: 20/01/2021.
- ECO, H. 2018. *O Fascismo eterno*. Rio de Janeiro, Record, 64 p.
- FINCHELSTEIN, F. 2020. *Uma breve história das mentiras fascistas*. São Paulo, Vestígio, 188 p.
- FOUCAULT, M. 1999. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 382 p.
- FOUCAULT, M. 2008. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes, 474 p.
- FREY, I. 2020. “Herd Immunity” is Epidemiological Neoliberalism. Disponível em: <https://thequarantimes.wordpress.com/2020/03/19/herd-immunity-is-epidemiological-neoliberalism/>. Acesso em: 20/01/2021.
- GASPAR, M. O sabotador: como Bolsonaro agiu, nos bastidores e em público, para boicotar a vacina de Malu Gaspar, *Revista Piauí*, **173**(15):14-21.
- HELLER, H. 2015 [1933]. Authoritarian Liberalism? *European Law Journal*, **21**(3):295-301. <https://doi.org/10.1111/eulj.12125>
- LACERDA, M. 2019. *O novo conservadorismo brasileiro*. Porto Alegre, Zouk, 228 p.
- MARX, K. 2017. *O capital: crítica da economia política – Livro I*. São Paulo, Boitempo, 894 p.
- MARQUES, R. 2020. Efeitos da operação lava jato na economia brasileira. In: C. MILEK; A. RIBEIRO (org.), *Relações indecentes*. São Paulo, Tirant Lo Branch, p. 92-98.

[40] Conforme indicado por Snyder (2021), em análise de processo semelhante nos EUA de Trump, “acreditar em todas as mentiras significava aceitar a autoridade de um único homem, porque acreditar em todas elas era descrever de tudo o mais. Uma vez estabelecida essa autoridade pessoal, o presidente podia tratar todos os outros como mentirosos” (Snyder, 2021, p. 29).

- MBEMBE, A. 2018. *Necropolítica*. São Paulo, n-1 edições, 80 p.
- MORATO, E.; BENTES, A. 2017. "O mundo tá chato": algumas notas sobre a dimensão sociocognitiva do politicamente correto na linguagem. *Revista USP*, (115):11-28. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i115p11-28>
- NICOLAU NETTO, M.; CAVALCANTE, S.; CHAGURI, M. 2019. O homem médio e o conservadorismo liberal no Brasil contemporâneo: o lugar da família. Disponível em: https://www.academia.edu/41097803/O_homem_m%C3%A9dio_e_o_conservadorismo_liberal_no_Brasil_contempor%C3%A2neo_o_lugar_da_fam%C3%ADlia. Acesso em: 20/01/2021.
- PIOVEZANI, C.; GENTILE, E. 2020. *A linguagem fascista*. São Paulo, Hedra, 245 p.
- SCHWARTSMAN, H. Covid-19, a solução darwiniana. *Folha de São Paulo*. Opinião, São Paulo. 13. mar.
- SNYDER, T. 2021. O abismo americano. *Revista Piauí*, 173(15): 28-31.
- TEIXEIRA, J. 2019. Para muitas mulheres o processo de empoderamento está atrelado à igreja. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/11/politica/1557527356_335349.html. Acesso em 20/01/2021.
- TORT, P. 2004. *Darwin e a ciência da evolução*. Rio de Janeiro, Objetiva, 160 p.
- VALLE, A.; DEL PASSO, O. 2020. As frações burguesas na crise da covid-19: apontamentos preliminares. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/16/artigo-as-fracoes-burguesas-na-cri-se-da-covid-19-apontamentos-preliminares>. Acesso em: 20/01/2021.
- WALL STREET JOURNAL. 2020. Rethinking the Coronavirus Shutdown. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/rethinking-the-coronavirus-shut-down-11584659154>. Acesso em: 20/01/2021.

ANEXOS

ANEXO 1

Pronunciamento de Jair Bolsonaro em rede nacional (24/03/20)

Desde quando resgatamos nossos irmãos em Wuhan, na China, em uma operação coordenada pelos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, surgiu para nós um sinal amarelo. Começamos a nos preparar para enfrentar o coronavírus, pois sabíamos que mais cedo ou mais tarde ele chegaria ao Brasil. Nosso ministro da Saúde reuniu-se com quase todos os secretários de Saúde dos estados para que o planejamento estratégico de combate ao vírus fosse construído e, desde então, o doutor Henrique Mandetta vem desempenhando um excelente trabalho de esclarecimento e preparação do SUS para atendimento de possíveis vítimas. Mas, o que tínhamos que conter naquele momento era o pânico, a histeria. E, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa. Assim fizemos, quase contra tudo e contra todos. Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro chefe o anúncio de um grande número de vítimas na Itália, um país com grande número de

idosos e com um clima totalmente diferente do nosso. Um cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso país. Contudo, percebe-se que, de ontem para hoje, parte da imprensa mudou seu editorial. Pedem calma e tranquilidade. Isso é muito bom. Parabéns, imprensa brasileira. É essencial que o equilíbrio e a verdade prevaleça, entre nós. O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine. Devemos, sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós. Respeitando as orientações do Ministério da

Saúde. No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão. Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença. O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da cloroquina no tratamento do Covid-19. Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre este remédio fabricado no Brasil e largamente utilizado no combate à malária, lúpus e artrite. Acredito em Deus, que capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura desta doença. Aproveito para render as minhas homenagens a todos os profissionais de saúde. Médicos, enfermeiros, técnicos e colaboradores que, na linha de frente nos recebem nos hospitais. Nos tratam e nos confortam. Sem pânico ou histeria, como venho como venho falando desde o início, venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar vivendo neste novo Brasil, que tem tudo, sim, para ser uma grande Nação. Estamos juntos, cada vez mais unidos, Deus abençoe nossa pátria querida.